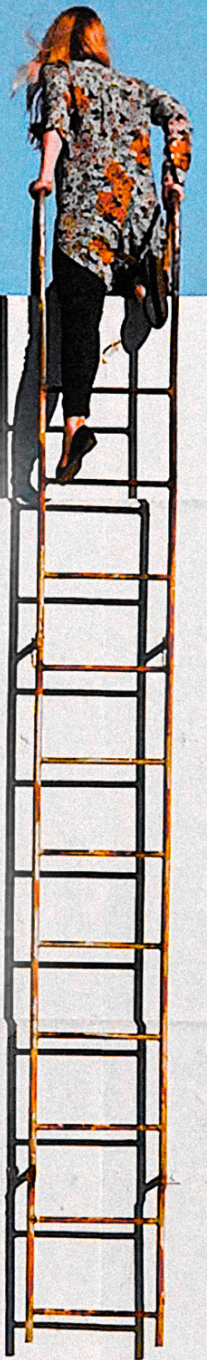


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

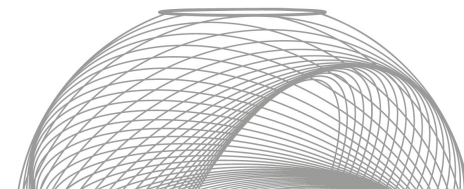
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das

Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o

Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-

Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da

Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da

Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um

Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE III

HOT SPOTS

^

ESTADOS UNIDOS: A GEOGRAFIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO AMERICANA E POR QUE ELA É DIFERENTE⁸⁹

Kevin Cox

The Ohio State University

cox.13@osu.edu

Contexto

Na política, a urbanização americana é diferente até um ponto que acadêmicos na Europa Ocidental acham difícil de compreender. Certamente, há um contexto capitalista compartilhado. Mas, dentro dele, formas institucionais e imaginários sociais têm sido a condição para formas altamente distintas de política urbana: uma focada no desenvolvimento econômico local. Este contexto então forma as pessoas intelectualmente, dando às suas opiniões um viés nacional que torna difícil para eles compreenderem outros casos. O elogio é devolvido. Estudos urbanos britânicos e franceses tentaram adotar conceitos americanos da política urbana que só podem ser aplicados com dificuldade: *coalizão de crescimento* e *regime urbano* são exemplos. A confusão transatlântica continua com acadêmicos americanos adotando ideias desenvolvidas em um contexto muito diferente da Europa Ocidental em mente⁹⁰. Mas, isso pode ser encorajado pelo modo como as ideias originais são formuladas tendo alguma significância universal implícita: o viés nacional é algo que, na maior parte daqueles que trabalham em estudos urbanos, não percebem.

Em alguns casos, a suposição de universalidade foi explícita. O artigo de David Harvey de 1989, “Do Gerenciamento ao Empresariamento: A Transformação na Go-

89 Tradução feita por Gabriel Urias (GEA/UnB) e revisado por Daniel A. de Azevedo (UnB).

90 Um exemplo recente foi a tentativa de Luke Petach (2021) de aplicar a ideia de Keynesianismo espacial de Neil Brenner ao caso americano. Veja minha discussão aqui: <https://kevinrcox.wordpress.com/2022/01/30/spatial-keynesianism-over-extension-or-what/>

vernança Urbana no Capitalismo Tardio”, é um clássico. Seu argumento era que os governos urbanos se tornaram mais empreendedores, mais engajados na promoção do desenvolvimento local; enquanto um foco anterior na provisão para as massas – transporte, habitação – tendia a desaparecer. Este artigo foi muito influente. É amplamente citado e aprovado pela comunidade científica. O problema é que ele generaliza de forma heróica. As histórias da política urbana nos EUA e na Europa Ocidental são bastante distintas, principalmente no equilíbrio entre o empreendedorismo e o Estado de bem-estar local. Nos EUA, o empreendedorismo urbano remonta há muito tempo.

Mike Davis escreveu sobre o caso de Los Angeles nas primeiras duas décadas do século XX, e certamente foi dominante no início dos anos 1950. Enquanto isso, e dada a escassez de programas de habitação pública nos EUA, a dominação precoce do automóvel e a exclusão do transporte público, a ideia de gerenciamento teve ressonância muito limitada. Na Europa Ocidental, foi bastante diferente. Os Estados de bem-estar pós-guerra eram muito centralizados e desfrutavam de uma profundidade que faltava nos EUA. Os governos municipais eram transmissores do governo central na remoção de favelas e na construção e administração de um extenso estoque de habitação pública. Eles presidiam o transporte público local. Eles operavam suas próprias estações de tratamento de água e esgoto. Entretanto, suas funções de desenvolvimento urbano foram deixadas de lado pelas políticas nacionais de planejamento urbano e regional: a criação nacional de novas cidades e a intervenção do governo central na distribuição de empregos (Cox, 2016). Houve mudança a esse respeito (ibid.), mas apenas desde o final dos anos 1970. A afirmação de um novo empreendedorismo urbano na Europa Ocidental tem alguma validade, portanto; da mesma forma, o recuo do gerenciamento urbano. Mas, isso tem que ser colocado ao lado do fato de que os EUA sempre foram muito diferentes e carecem do tipo de encenação de mudança que Harvey propôs.

Para repetir: a política urbana nos EUA é diferente. Neste artigo, eu examino dois aspectos relacionados a essa especificidade. O primeiro é a maneira incomumente territorializada, seja de modo intraurbano ou entre as cidades. Coalizões de crescimento competem em um palco nacional por novos investimentos e, em seguida, suas contrapartes em menor escala lutam pelas partes resultantes: habitações mais caras *versus* menos caras e centros comerciais. Segundo, existe também o fato da governança urbana – mais desenvolvida e antiga do que na Europa Ocidental, o que propicia uma competição pelo investimento interno; mas no contexto da área metropolitana americana fragmentada juridicamente, é ainda mais necessária.

Esses aspectos do caso americano estão intimamente interligados. Em uma seção final, eu amplio essa relação ao colocá-la no contexto de uma totalidade de relações que inclui a forma do Estado americano e o imaginário social.

A Geografia Política da Urbanização nos Estados Unidos

Territorialização

A leitura de qualquer jornal de uma grande cidade nos EUA demonstra como o desenvolvimento local e regional é uma preocupação constante dos leitores⁹¹. A chegada de um grande investimento na área, onde ele será localizado precisamente e suas implicações para os diferentes governos locais na área metropolitana, gerará grande publicidade. O mesmo se aplica às políticas locais destinadas a fornecer suporte de infraestrutura para novos desenvolvimentos e fluxo de receitas pela área: expansão física do aeroporto, criação de um novo centro de convenções ou arena esportiva, novas obras rodoviárias e expansão da capacidade local de água e esgoto. Isso é intensificado pelo interesse em massa: empregos, certamente, mas também quem pagará a conta pelo novo centro de convenções e aeroporto expandido, já que essas questões podem ser objeto de um referendo local. Uma resistência embrionária, então, gera um contradiscurso sobre o futuro de “nossa” cidade, um futuro do qual todos, promete-se, têm a ganhar de várias maneiras. E, embora os argumentos sobre quem pagará pelo novo desenvolvimento e como isso afetará as classes populares possam sugerir uma política de classe, é uma política que tende a ser conduzida principalmente em termos de território: trazendo novos desenvolvimentos dentro dos limites metropolitanos ou – mais raramente – mantendo algo considerado indesejável fora.

No centro dessa política está o que ficou conhecido como *coalizão de crescimento*. Particularmente importante no desenvolvimento da ideia foi um artigo de 1976 de Harvey Molotch, intitulado “A cidade como uma máquina de crescimento”. Molotch argumentou que o crescimento era o objetivo da cidade e que era impulsionado por proprietários de terras que queriam aumentar o valor de suas terras; como eles não podiam movê-la para nenhum outro lugar, as forças de aprimoramento tinham que ter, então, um foco local. Ele argumentou que havia um aspecto escalar nisso: proprietários de terras poderiam realmente se unir para persuadir o governo local a trazer novos empregos e, portanto, aumentar a demanda por suas terras; mas eles poderiam contestar a localização específica dos lugares resultantes de trabalho e habitação. Esta é uma contribuição fundamental para a literatura de estudos urbanos (Cox, 2017) e só poderia ter sido escrita por um americano, experimentando a cidade americana em primeira mão. O crescimento é, de fato, o que a política urbana é nos EUA e é impulsionado por interesses em recursos imóveis. Mesmo assim, o conceito pode suportar alguma análise adicional. Ele levanta questões importantes e algum

91 Devido à extensão geográfica do país, não há imprensa nacional. Em vez disso, o espaço é ocupado por jornais sediados nas principais cidades do país.

desenvolvimento da ideia é necessário para uma melhor compreensão da política urbana nos EUA.

Em primeiro lugar, é importante entender o que constitui a “máquina de crescimento” ou a ideia mais universalmente aceita da “coalizão de crescimento”; pois, como Molotch reconheceu, é de fato uma coalizão de forças. Existem, de forma abstrata, estruturas de relações sociais que implicam uma preocupação com o crescimento que tendem a agir juntas apenas de maneiras contingentes. Existem alianças duradouras de diferentes agentes e outras mais transitórias. Algumas operam no nível metropolitano e outras muito mais localmente. Existem, então, alianças entre elas. E nem todas elas, de forma alguma, têm o interesse em renda da terra sugerido por Molotch. Não menos importante é considerar a indústria do desenvolvimento, as empresas de serviços públicos de gás e eletricidade e o governo local; todos têm a ganhar com o crescimento local e o crescimento em outros lugares não os ajudará.

O que todos eles compartilham como condição para seu interesse no crescimento da economia local é uma fixação: uma incapacidade de mover recursos essenciais, condições fundamentais para suas operações, para outro lugar. Em resumo, eles são dependentes localmente (Cox; Mair, 1988). Eles têm que ser rentáveis em uma área metropolitana específica. Depois de comprarem terrenos para seus centros comerciais, empreendimentos residenciais etc., os desenvolvedores certamente terão um interesse na trajetória da economia local e no que acontece nas proximidades imediatas de seu desenvolvimento; um novo zoneamento inoportuno nas proximidades pode ser um desafio sério e a política local será monitorada de perto. Mas, a longo prazo, e além do crescimento da economia local, o que determina seu sucesso é uma rede de relações que leva tempo para ser construída e que pode ser movida para outro lugar apenas com dificuldade. É preciso estar “bem-informado”: planos para novas rodovias ou saídas de rodovias muito antes de se tornarem públicos; ou grandes investimentos industriais que podem desencadear um *boom* imobiliário em uma parte específica da cidade.

Além de saber, um desenvolvedor também tem que ser conhecido e, em seguida, o aspecto crucial disso, ser confiável. Se o financiamento do desenvolvimento deve ser alcançado, então um histórico com o banco local é importante: primeiro, pequenos empréstimos, graduando-se para projetos gigantescos uma vez que uma reputação é garantida. Os desenvolvedores podem comprar a terra, subdividi-la e vender os lotes individuais para construtores; mas eles têm que ter uma reputação com os construtores pela sabedoria da escolha que fazem: o desenvolvimento está no lugar certo e as condições impostas aos construtores em termos do tipo de habitação, sua expansividade, são apropriadas para o mercado local? Em resumo, os desenvolvedores ficam presos a uma economia urbana e têm dificuldade em se mudar para outro lugar.

Em segundo lugar, existem as empresas de serviços públicos de gás e eletricidade: historicamente, seu crescimento dependia de uma área de mercado geograficamente limitada que teve suas origens finais na legislação federal antitruste do início do

século XX⁹². Para evitar a criação de monopólios nacionais por meio de aquisições, as empresas de gás e eletricidade foram limitadas a áreas geográficas específicas e compactas. Sua dependência local foi então reforçada pelo investimento necessário em instalações de longa vida útil, como linhas de gás, eletricidade e estações de energia. Desde a desregulamentação no final do século XX, em muitos estados isso agora foi relaxado, de modo que a distribuição foi separada da produção. As empresas de serviços públicos compram gás e eletricidade de quem pode fornecê-los com a taxa mais atraente. Mas os limites da área de serviço continuam. Eles desempenham um papel especialmente crucial na atração de novos investimentos industriais (Wood, 1993). Eles sempre tiveram e mantêm seus próprios departamentos de desenvolvimento econômico. Proprietários de instalações industriais irão listá-los com os serviços públicos para que sejam o primeiro porto de escala para os consultores de localização.

Por fim, há o governo local. Ele tem seus próprios interesses distintos no crescimento da economia local. Isso ocorre porque ele depende, em grande parte, de suas receitas de impostos locais e taxas de usuário. Grandes centros comerciais podem ser cobiçados por causa dos impostos sobre vendas que prometem. Um aeroporto expandido pode resultar em aluguéis adicionais. Qualquer novo desenvolvimento estará sujeito a impostos sobre propriedade. Isso pode ocorrer não apenas por meio do valor das melhorias em si, mas pelos efeitos do desenvolvimento no valor da terra e da habitação na área circundante. Mas, novamente, e por definição, não pode ser movido. Um governo local não vai a lugar nenhum⁹³. Certamente pode expandir sua área por anexação como meio de aumentar sua base tributária, e isso muitas vezes acontece. Também pode fazer *lobby* junto ao governo estadual por subsídios. Mas, dentro dessas possibilidades, depende da receita que pode gerar dentro de seus limites: impostos sobre propriedade, vendas e, em muitos estados, impostos sobre a renda. O desenvolvimento de terras é uma consideração importante, e não apenas porque permite que o governo local cumpra suas obrigações estatutárias. Seus numerosos funcionários dependem disso se quiserem manter seus empregos como bombeiros, professores e assim por diante.

Em resumo, e por motivos de diferentes tipos de fixidez, os agentes centrais nas coalizões de crescimento local foram os desenvolvedores, as empresas de serviços públicos de gás e eletricidade e o governo local. O que tem atraído a atenção principal em suas atividades de promoção do crescimento tem sido o investimento externo em novos empregos e, para o governo local, qualquer coisa que aumente a base tributária local. Isso precisa ser qualificado. É certo que o grande anúncio sobre uma nova chegada que criaria empregos é procurado pelos funcionários públicos, mesmo que tenham sido minimamente envolvidos: isso vai para o seu registro de forma positiva. Mas, os interesses de crescimento têm outros dois focos.

92 Os bancos costumavam estar em uma posição semelhante. Assim como as empresas de serviços públicos, eles eram limitados estatutariamente em suas áreas de serviço e tinham um grande interesse no desenvolvimento local, muitas vezes com um departamento especializado atribuído a essa função. A expansão intermunicipal era proibida. Em alguns casos, como em Illinois, um banco poderia ter apenas um escritório. Permanecem apenas alguns pequenos bancos locais, que então mantêm um interesse contínuo no desenvolvimento local.

93 Embora a possibilidade de fazer isso dependa de um município ser ou não contíguo ao que se chama de 'terra não incorporada': terra que ainda não está incluída nos limites de uma cidade.

Toda área metropolitana tem uma base econômica: uma atividade de “exportação” que traz dinheiro de fora. Casos como o Vale do Silício e a indústria de computadores, serviços de petróleo, em Houston, turismo, em Orlando, e a clínica médica mundialmente famosa, em Rochester, são casos óbvios. Normalmente, a base econômica de uma área urbana é mais diversificada e não necessariamente industrial. As empresas se expandem e algumas se contraem. O que preocupa a coalizão de crescimento é um fechamento ou contração importante resultando em uma grande queda no emprego na área. Esses são os que têm sua presença cultivada e que podem exercer uma pressão desproporcional sobre o governo local. Uma grande contração no emprego pode resultar em pressão da coalizão de crescimento sobre os trabalhadores para renegociar salários e sobre a cidade para montar um pacote de incentivos financeiros. As empresas de serviços públicos têm seus próprios programas de “pós-cuidado” nos quais verificam com os principais consumidores de gás e eletricidade para antecipar qualquer mudança ameaçadora para seus lucros.

Uma segunda preocupação é que as condições das infraestruturas que facilitam o novo desenvolvimento estejam em vigor. Gás e eletricidade podem ser deixados com segurança para as empresas de serviços públicos, mas outros, como a expansão oportuna de rodovias para evitar congestionamentos, podem representar mais um desafio. A expansão do aeroporto, um centro de convenções ou um sistema de metrô leve podem ser questões e uma razão para buscar apoio estadual ou federal, seja financeiro ou na forma de alívio regulatório⁹⁴.

Uma implicação crucial da contínua busca pelo desenvolvimento aprimorado é uma territorialização das relações sociais. As coalizões locais de crescimento competem para atrair novos investimentos para a área: empregos novos, tanto públicos quanto privados; um escritório federal pode ser tão significativo quanto um empregador industrial. Alternativamente, há aqueles investimentos que são buscados porque facilitam outros: novas conexões aéreas, um parque industrial intermodal. Mas, para a massa mais ampla da população, o desenvolvimento não é necessariamente visto como totalmente positivo. Consequentemente, pode ser objeto de intenso conflito. Existem questões sobre quem vai pagar e sobre os efeitos não comercializáveis dos novos desenvolvimentos: as chamadas externalidades negativas, muitas vezes de natureza ambiental.

Em seu trabalho sobre regimes urbanos, Clarence Stone (1987) desenvolveu uma útil distinção entre o que ele chamou de regimes “progressistas” e “corporativos”. Em um regime progressista, houve uma tentativa consciente de desviar os benefícios do desenvolvimento para a vantagem popular: estipulações sobre a contratação de residentes em projetos de construção subsequentes e uma insistência em empresas de construção sindicalizadas. A população geral que paga impostos pode, então, ser protegida dos custos públicos do desenvolvimento. Através do que são chamadas de taxas de impacto, o desenvolvedor pode ser responsável por uma taxa para cada casa construída a fim de financiar o custo das novas escolas e melhorias nas rodovias que o desenvolvimento pode implicar, em vez de torná-lo uma taxa geral para todos os contribuintes. A construção de novos escritórios pode ser acordada sob a condição

94 O pânico no final dos anos 70 em relação ao futuro do recém-construído Aeroporto Internacional de Dallas Fort Worth fornece um fascinante estudo de caso de como isso pode funcionar (Cox, 2016, p.31-37).

de que um certo número de unidades habitacionais também seja construído: uma tentativa de proteger os moradores existentes do aumento dos valores imobiliários que podem resultar dessa construção. Significativamente, apesar do fato de que as taxas de impacto são uma opção para o governo local, elas raramente são impostas (Cox, 2016); a mesma coisa ocorre com as unidades habitacionais obrigatórias quando grandes torres de escritórios são construídas. Como Stone aponta, regimes progressistas são incomuns. Regimes corporativos dominam.

Como isso pode ser explicado? Um fator importante é o discurso público e como as declarações daqueles que se arrogaram uma reputação de especialistas – funcionários eleitos locais e os próprios desenvolvedores – são transmitidas pela mídia para um público em massa. A promessa de emprego adicional (nunca uma menção ao emprego que será eliminado pela aparição de um novo centro comercial importante) e as adições à base tributária que irão (mais estritamente, “pode apenas”) aliviar o contribuinte local de parte do fardo, podem ser consideradas como garantidas. Esses supostos ganhos são, então, colocados contra a ameaça de que o desenvolvedor levará seu dinheiro e investirá em um centro de distribuição, habitação cara, em outro lugar. A alternativa é deixar alguns ativistas de curto prazo e seus amigos ambientalistas ditarem a política de desenvolvimento, e em desvantagem para a grande maioria. Ou assim vai a retórica.

Isso é um apelo à razão, ou pelo menos ao raciocínio da indústria do desenvolvimento. Há, também, no entanto, apelos mais emocionais: apelos ao orgulho em sua cidade, em vê-la progredir, ou, novamente, ‘progresso’ como definido pelos desenvolvedores, e em vê-la avançar em relação a algum rival local desprezado. O crescimento é bom. Isso torna “nossa cidade” mais visível; uma para se orgulhar usando os critérios padrão do que torna uma cidade “grande”, enquanto omite a análise crítica dessas normas. Isso nos aproxima de ser, para usar uma frase que os desenvolvedores e seus amigos no conselho da cidade gostam de usar, “uma cidade de primeira linha”.

Também é o caso que grandes áreas de tomada de decisão em torno de questões de desenvolvimento foram retiradas do controle democrático direto: autoridades especiais para, por exemplo, o aeroporto, a reurbanização urbana, o transporte são exemplos. Eles têm poderes para desenvolver, mas a adesão de seus corpos governantes está no feudo do prefeito ou gerente da cidade e não está sujeita a uma votação popular. Como aponta Royce Hanson:

Do ponto de vista do desenvolvimento de terras, as agências funcionais ou de propósito especial e as burocracias intergovernamentais podem ser tão importantes quanto as jurisdições locais de propósito geral. Grandes obras públicas são frequentemente responsabilidade de autoridades independentes de propósito especial... Em grande parte, essas agências especiais têm contato direto com grupos de clientes, não com o público em geral. Não é estranho, então, que aqueles interessados no desenvolvimento tomem cuidado especial para cultivar os burocratas das agências, que naturalmente tendem a cuidar do “seu” público, o que por sua vez protege a agência da crítica ou redução das operações (Hanson, 1974, p.17)⁹⁵.

95 Veja também Piven e Friedland (1984).

Enquanto isso, na luta contínua para obter a aprovação de um desenvolvimento específico, o dinheiro conta. Projetos de desenvolvimento podem depender de uma votação pública. Um novo centro de convenções ou aeroporto expandido pode depender do aumento dos impostos locais. Às vezes, um conselho municipal pode ter concedido aprovação para algo – uma mudança de zoneamento facilitando um novo desenvolvimento ou algum incentivo financeiro – que tem um grau de desaprovação popular. É, então, possível solicitar um referendo para revogar a ordenança da cidade que os obriga e, às vezes, aqueles que buscaram o referendo podem vencer. No entanto, geralmente são concursos de Davi e Goliás em que os desenvolvedores são capazes de investir muito mais dinheiro na campanha publicitária (Cox, 2021).

A tendência geral é desarmar tipos alternativos de política que colocariam as pessoas contra a coalizão de crescimento. O território supera a classe. Quando julgado em relação à política urbana na Europa Ocidental, isso é bastante extraordinário. As coalizões de crescimento não são a condição determinante da política urbana que são nos Estados Unidos. Questões mais populares do que Harvey chamou de “gerencialismo” ainda estão presentes, apesar da erosão neoliberal do Estado de bem-estar social. O equilíbrio das preocupações entre o crescimento e o bem-estar geral ainda é bastante diferente. Os projetos de desenvolvimento enfrentam uma oposição que seria incomum nos Estados Unidos: preocupações estéticas, o que um desenvolvimento fará com as vistas de uma paisagem histórica, impactos ambientais, questões de sustentabilidade, o que significa para os residentes mais pobres. Isso tem a ver com estruturas estatais e imaginários sociais muito diferentes: algo a ser discutido adiante.

Governança urbana

Antes dos anos noventa, a discussão sobre governança era rara. O que seria coberto por esse termo certamente existia nos Estados Unidos, sem ser conhecido como tal. Era simplesmente dado como certo. Na Europa Ocidental, porém, foi notado. No discurso da política de desenvolvimento local e regional, isso se tornou uma nova palavra de ordem em pelo menos alguns dos países da Europa Ocidental⁹⁶. A ideia de governança urbana tornou-se um foco acadêmico⁹⁷. O governo local não mais ‘governava’; em vez disso, buscava ativamente o conselho de outros na sociedade civil e poderia haver disposições institucionais para isso.

Um livro de Pinson (2009) sobre grandes projetos urbanos em cinco cidades, duas na França, duas na Itália e uma na Inglaterra, destacou essa mudança, chamando a

96 No entanto, observe a ressalva de Le Galès e Harding (1998, p.30): “no que diz respeito à governança urbana... essa evolução no governo urbano em direção à governança urbana pode ter alguma relevância para a França e para a Grã-Bretanha. O argumento parece igualmente válido para algumas das grandes cidades alemãs e holandesas. No entanto, a estabilidade das formas tradicionais de autoridades locais burocráticas e hierárquicas ainda parece ser dominante em Portugal, Irlanda, Suécia, Noruega e Bélgica”.

97 Uma análise do Google Ngram, reunindo referências em todo o mundo, mostra um uso escasso do termo ‘governança urbana’ antes de 1990. Depois disso, o uso do termo decola com força.

atenção para o deslocamento da hierarquia e do governo estatal por redes locais que reúnem agentes estatais e interesses privados, incluindo não apenas empresas, mas também universidades, hospitais, sindicatos, empresas públicas e semipúblicas e organizações cívicas. O que é interessante em seu tratamento é a ênfase que ele dá em como isso foi engenhado pelo governo central. É oferecendo ajuda estatal em resposta ao surgimento de alguma organização público-privada local em torno de um grande projeto urbano que ele tentou engenhar a mudança de governo para governança. Isso lembra o trabalho de Peck (1995) sobre o surgimento de *'movers and shakers'* em Manchester: algo orquestrado do topo em vez de testemunho de qualquer forte movimento local de base⁹⁸. Isso sugere, é claro, a continuidade da importância do Estado central no que há de *'novo'* nas instituições por meio das quais o desenvolvimento econômico local é entregue na Europa Ocidental⁹⁹. Também exemplifica a estreita relação entre governança urbana e a recente virada para o empreendedorismo urbano.

A governança urbana, no entanto, é uma notícia antiga nos Estados Unidos, mesmo que nunca tenha sido reconhecida como tal. Não há referência a ela no índice de *"Unequal Partnerships"* (Squires, 1989), mesmo que um dos principais focos sejam as parcerias público-privadas. Da mesma forma, em *"The Politics of Urban Development"* (Stone; Sanders, 1987)¹⁰⁰, não há menção a ela. Em contraste com o caso da Europa Ocidental, a governança urbana nos Estados Unidos surgiu de baixo para cima, originando-se em iniciativas dentro de áreas metropolitanas e impulsionada pelos mesmos interesses de crescimento discutidos acima.

As áreas metropolitanas americanas são famosas por sua fragmentação em termos jurisdicionais: um mosaico de governos locais, incluindo cidades e condados, distritos escolares e várias autoridades especiais. Em relação a estas últimas, pode-se encontrar, por exemplo, autoridades aeroportuárias, autoridades de disposição de resíduos, conselhos de água e esgoto, autoridades de transporte metropolitano. Como elas surgem muitas vezes é para fins de natureza altamente pragmática, como transferir a responsabilidade financeira por uma iniciativa municipal para o condado, tipicamente em resposta a um desejo de aumentar a capacidade de endividamento da cidade¹⁰¹.

Desempenhando um papel importante na formulação, apoio e, muitas vezes após o fato, das formas como esses arranjos, ou o que é agora conhecido como "governan-

98 Compare Cochrane (1999, p.115): "No caso do Reino Unido, foi necessário construir o envolvimento empresarial de cima. Não foi simplesmente gerado como resultado da pressão local de grupos empresariais existentes. Em vez disso, os estados nacionais e locais assumiram a liderança na criação do espaço institucional para uma política local de negócios. Em alguns casos, o governo nacional chegou ao ponto de criar agências (como os Conselhos de Treinamento e Empresa na Inglaterra) cujos conselhos são explicitamente obrigados a ter representantes de empresas locais como membros. Esta é uma conclusão repetida por Harding (1991).

99 Embora com algumas exceções. Se DiGaetano e Strom (2003, p.380-381).

100 Curiosamente, não há referência à governança no índice do livro *"Unequal Partnerships"* (1989), editado por Gregory Squires, mesmo que um dos principais focos sejam as parcerias público-privadas. O mesmo se aplica à coleção editada por Stone e Sanders, *"The Politics of Urban Development"* (1987).

101 Os governos locais têm o poder de vender títulos para obras públicas, mas os estados impõem limites ao valor pendente.

ça”, são formulados, está o lobby de desenvolvimento. Isso porque a fragmentação é importante para eles e de maneiras contraditórias. Por um lado, há preocupações em tornar a área metropolitana atraente para investimentos externos, por exemplo, explorando economias de escala na provisão pública e na internalização das externalidades entre entidades governamentais que possam impedir o desenvolvimento. Por outro lado, a fragmentação apresenta oportunidades, especialmente para os construtores de moradias que desejam explorar as diferenças e usá-las como uma ferramenta de marketing, como, por exemplo, apontando as virtudes do distrito escolar em que seus novos empreendimentos estão localizados. A fragmentação do governo local facilita a segregação residencial e os construtores estão ansiosos para apelar para as preocupações dos mais ricos, até porque são os mercados mais lucrativos. No entanto, muito depende da escala particular em que a governança entra em jogo. As tensões entre o mais local e o mais regional estão sempre presentes, e isso não é necessariamente uma questão de interesse exclusivo dos construtores de moradias.

A fragmentação das áreas metropolitanas entre governos locais e muitas vezes entre estados¹⁰² tem representado um desafio particular. Por diversas razões, não menos pelo exclusivismo das classes médias estabelecidas em subúrbios independentes e um mapa altamente diferenciado de recursos fiscais, isso tem sido difícil. Um recurso tem sido o distrito especial: eles são tipicamente financiados por taxas de usuários – cobranças de água e esgoto, pedágios de rodovias; e, dado que possuem uma fonte constante de receita, eles são capazes de vender títulos para expansão com a taxa municipal favorável¹⁰³. Eles também têm a vantagem, do ponto de vista dos interesses de desenvolvimento, de serem democraticamente responsáveis apenas de forma indireta: seus conselhos podem ser nomeados por autoridades democraticamente eleitas, por exemplo, mas não diretamente pelo eleitorado em geral. Eles surgem no contexto de áreas metropolitanas específicas e com pouco ou nenhum estímulo de cima para baixo. Além disso, são soluções únicas para problemas locais.

O *Metropolitan Water District* (MWD) do sul da Califórnia foi uma resposta para fornecer água aos governos locais e distritos de forma muito mais barata do que qualquer um deles poderia ter feito independentemente. Isso ocorre primeiro porque o fornecimento para uma área subárida com uma população em crescimento significou a utilização de água de fontes muito distantes e negociações com governos estaduais e federais para acessá-las: falar em nome de uma grande população consumidora é negociar a partir de uma posição de força, algo que teria escapado aos governos locais. Segundo, foi capaz de aproveitar as economias de escala para trazer água para a área: não menos importantes são os enormes aquedutos, as estações de bombeamento e de purificação. A água é, então, vendida a um preço de atacado para autoridades de água mais locais que lidam diretamente com o consumidor final.

Um segundo caso, novamente com claras implicações para o desenvolvimento, é

102 Há uma série de áreas metropolitanas que cruzam as fronteiras estaduais, incluindo: Nova York (Nova York e Nova Jersey), St Louis (Missouri e Illinois), Chicago (Illinois, Indiana e Wisconsin), Kansas City (Kansas e Missouri), Portland (Oregon e Washington) e Filadélfia (Pensilvânia, Nova Jersey, Delaware e Maryland).

103 Os títulos municipais, mesmo quando carregam uma taxa de juros mais baixa, são atraentes para os ricos porque são isentos de impostos.

a Autoridade de Transporte Nova York-Nova Jersey. Isso originalmente surgiu como um meio de regulamentar instalações complementares: o porto de Nova York e os terminais ferroviários em Nova Jersey. Em seguida, adquiriu responsabilidade pelas pontes e túneis rodoviários que conectam os dois estados. Mais tarde, assumiu o controle dos três principais aeroportos da área: dois em Nova York (La Guardia e Idlewild – agora JFK) e um em Nova Jersey (Newark International).

Autoridades públicas desse tipo podem substituir o governo metropolitano. Em outros casos, uma cidade grande ou um condado atende às necessidades metropolitanas por meio de relações contratuais. A área de Los Angeles é única entre as áreas metropolitanas da Califórnia em seu chamado sistema Lakewood, um arranjo por meio do qual pequenos municípios podem aproveitar as economias de escala que se acumulam no condado de Los Angeles, terceirizando vários serviços, especialmente polícia, proteção contra incêndios e bibliotecas. Sem isso, é improvável que a área tivesse experimentado o desenvolvimento suburbano na forma como tem feito (Connor, 2013). Isso permitiu a criação de municípios relativamente pequenos que podem então excluir os pobres, manter os impostos locais baixos e atrair centros comerciais que criam impostos sobre vendas buscando baixa carga tributária sobre propriedade.

Diferente novamente, já que a governança urbana nos EUA desafia a definição de modelos padrão, como os contratos de água e esgoto de Columbus, Ohio. No período imediato pós-guerra, muitas das principais cidades americanas no Meio-Oeste e no Nordeste se viram cercadas por subúrbios independentes. Em um contexto de suburbanização dos mais ricos e do emprego, isso significou uma base fiscal estagnada ou mesmo em contração. Columbus, por outro lado, não estava cercada. Como suas fronteiras ainda eram contíguas com terras não incorporadas – terras ainda não parte de um subúrbio independente –, ela pôde anexar. Dado o interesse da indústria em locais onde não havia problemas de montagem de terras, isso sugeriu que a anexação poderia ajudar a cidade a evitar os problemas fiscais de cidades vizinhas como Cleveland.

O primeiro passo foi insistir na anexação como preço para obter água e esgoto da cidade; anteriormente, a cidade havia fornecido esses serviços sem exigir anexação. O segundo passo, crucial em retrospecto, foi contratar subúrbios independentes para fornecer-lhes água e esgoto. Todos eles queriam expandir, mas isso era caro e algumas de suas estações de tratamento de esgoto apresentavam problemas de saúde. Columbus, aproveitando as economias de escala, poderia fornecê-los a um custo muito mais baixo. A cidade insistiu, no entanto, que a área que eles atenderiam seria restrita. O contrato especificou uma área muito limitada na qual um subúrbio poderia expandir. O pensamento era que, ao fazer isso, a cidade poderia cercá-los e continuar a anexar bem no futuro; o que aconteceu. Isso teve várias consequências significativas para o desenvolvimento econômico da área metropolitana mais ampla.

Em primeiro lugar, permitiu à cidade de Columbus expandir sua base tributária. Sua expansão geográfica significou que todos os principais centros comerciais regionais estão dentro dos limites da cidade, fornecendo um fluxo invejável de receitas de impostos sobre vendas. A cidade se expandiu para incluir um importante *hub* intermodal ao sul da cidade. Há uma diversidade de bairros residenciais, incluindo alguns muito ricos. É fiscalmente saudável, o que significa que pode vender títulos para

infraestrutura pública a taxas de juros relativamente baixas e em nítido contraste com a maioria das principais cidades do Meio-Oeste (Cox, 2021). Em segundo lugar, por meio de contratos de água e esgoto para os subúrbios independentes, facilitou a criação de espaços segregados cobijados pelos desenvolvedores. E, em seguida, por meio da contínua expansão de seu sistema de água e esgoto, tem sido capaz de explorar economias de escala. Assim, embora a política de anexação não tenha sido algo inicialmente promovido pela indústria local de desenvolvimento, ela tem redundado em sua vantagem (Cox, 2021).

No entanto, a história de todos esses arranjos de governança está repleta de tensões entre os governos locais, independentemente de sua forma particular. No caso de Columbus, os limites das áreas de expansão têm sido há muito tempo fonte de controvérsia, e os subúrbios em posição de anexar terras (se as restrições pudessem ser relaxadas) buscaram vantagem de barganha para esse fim, e com sucesso (Cox; Jonas, 1993). No sul da Califórnia, a MWD vende para distritos de água locais, como a Autoridade de Água do Condado de San Diego. Porém, este último, há muito tempo, se ressentido do custo mais alto que tem que pagar em virtude de sua localização periférica e tem buscado estratégias mitigadoras, se não vantagem de barganha, comprando direitos de água em um distrito de irrigação a leste. Isso, então, impactou o desenvolvimento daquela área, altamente dependente da agricultura irrigada.

A governança urbana é sempre resultado da união de particularidades herdadas e desafios emergentes, assumindo responsabilidades em troca de outras. A Autoridade de Transporte de Nova York e Nova Jersey não tinha a intenção de incluir a ferrovia PATH pouco rentável que conecta Manhattan ao Aeroporto Internacional de Newark. Isso foi um compromisso com o Estado de Nova Jersey em troca da autoridade assumir a responsabilidade de construir o *World Trade Center*. O impulso inicial para este último veio de um grupo de desenvolvedores, o *Downtown Lower Manhattan Group* (Gelinas, 2012). Por trás do grupo de desenvolvedores estava um desenvolvedor em particular, David Rockefeller, que queria estimular o desenvolvimento do Lower Manhattan para aumentar o valor de seus próprios investimentos lá. Ter a Autoridade de Transporte e possuir o Centro teve a vantagem de poder pedir dinheiro emprestado mais barato, uma vez que, como autoridade pública, usufruía de várias isenções fiscais. No entanto, as tensões entre diferentes autoridades governamentais continuam, especialmente em torno dos investimentos diferenciais entre o Aeroporto Internacional de Newark e os dois aeroportos da cidade de Nova York.

A governança urbana é um aspecto essencial da política de crescimento, e as histórias de suas formas altamente particulares revelam as tensões inerentes a ela. É uma resposta a condições locais, que são, elas mesmas, o resultado de justaposições únicas de influências, muitas vezes históricas. De acordo com isso, suas formas institucionais são altamente localizadas e distintas. Isso complementa o foco no crescimento da política urbana, mas em um contexto de áreas metropolitanas que são fragmentadas juridicamente em um grau notável; algo distintivo da urbanização americana.

O político urbano e a totalidade americana

Como, portanto, poderíamos compreender mais profundamente uma política urbana que, pelo menos entre as democracias ocidentais, parece ser tão única? Quais são exatamente as condições subjacentes que foram tão propícias para o surgimento de coalizões de crescimento e, em seguida, para a construção de arranjos apropriados de governança? Em primeiro lugar, trata-se de uma forma singular de Estado; quase tão radicalmente descentralizada quanto se possa imaginar, exceto por um Estado confederado. Em segundo lugar, há uma congruência com a forma como os americanos imaginam suas conexões sociais. Em resumo, uma correspondência entre Estado e sociedade, uma unidade orgânica ou totalidade, que de forma alguma estava presente desde o início em 1776, mas que se desenvolveu ao longo do tempo como resultado de certas justaposições fortuitas.

Forma de Estado

Em sua organização, na forma como divide seu trabalho, o Estado americano é quase tão radicalmente descentralizado quanto se possa imaginar, exceto por um sistema confederado. A divisão de poderes pela qual sua constituição é conhecida é projetada em um plano territorial. Os estados têm um conjunto notável de poderes, imunes a interferências federais: áreas de provisão, como educação e uso da terra, alguns aspectos da legislação trabalhista, como compensação para trabalhadores feridos no trabalho, nos quais o governo federal só pode interferir por meio de sedução financeira: a oferta de dinheiro se os estados fizerem o que ele quer. Em outros casos, a legislação federal foi aprovada apenas com a compreensão de que sua implementação seria compartilhada com os estados e estruturada de acordo com seus desejos; e, em alguns casos, como o programa de renovação urbana incluído na Lei de Habitação de 1949, apenas se um estado permitisse. Outros, como impostos estaduais sobre a renda, foram adicionados.

Alguns desses poderes foram, então, delegados aos governos locais. Educação, segurança pública e regulamentação do uso da terra são exemplos disso. A única polícia a nível estadual é fornecida pela patrulha rodoviária; caso contrário, é uma questão local. Os governos locais, então, têm que encontrar o dinheiro para esses serviços públicos¹⁰⁴. Existem vários subsídios estaduais, mas, com exceção das escolas primárias e secundárias, há pouco em termos de intenção redistributiva. O contraste é com o caso da Europa Ocidental, onde, com exceção das federações, notadamente as da Bélgica, Alemanha, Espanha e Suíça, os governos locais existem a critério dos ramos centrais do Estado. E embora os governos locais imponham impostos, eles são tipicamente subsidiados pelo estado central para aliviar as dificuldades que podem decorrer de recursos fiscais escassos ou ônus locais incomuns de provisão.

104

Em comparação com a França, onde os custos de funcionamento das escolas locais são responsabilidade do governo central e onde a polícia é dividida entre uma força local e a *gendarmérie* nacional.

Essa fragmentação territorial radical de poderes e responsabilidades tem sido a condição para instituições de representação de um tipo igualmente descentralizado. Em contraste com os estados da Europa Ocidental, a organização política partidária nacional é relativamente fraca, enquanto o nível local assume uma importância significativa (Epstein, 1986). Isso é refletido em duas características importantes da prática política (importantes, isto é, do ponto de vista do desenvolvimento local): a primeira, é a forma como os interesses locais são representados nos comitês legislativos. Os comitês desempenham um papel crucial no processo legislativo, já que se especializam em diferentes áreas de preocupação estatutária: finanças, habitação, agricultura, recursos naturais, comércio, etc. Qualquer proposta a ser considerada pelo legislativo como um todo deve primeiro ser aprovada pelo comitê relevante. Eles têm o poder de emendar e até mesmo de se recusar a passá-la para uma votação completa. Os legisladores tendem a se sentar nos comitês mais significativos para os interesses da área que representam: os estados agrícolas, o comitê de agricultura; estados ocidentais, em comitês de recursos naturais; congressistas da cidade de Nova York e Charlotte, em finanças.

Se uma proposta legislativa for aprovada e encaminhada para uma votação na Câmara legislativa, então os interesses locais e regionais entram novamente em jogo. Isso significa que as coalizões bipartidárias, reunindo representantes ou senadores de diferentes partidos, mas compartilhando um interesse em algum papel na divisão geográfica do trabalho que está ameaçado ou considerado para melhoria, são comuns. As regras são territoriais. O contraste é com os Estados-nação nos quais os interesses de classe desempenham um papel mais explícito. Pode-se considerar os partidos como coalizões de interesses territoriais compartilhados: as pessoas querem habitação social ou benefícios do Estado de bem-estar aprimorados onde vivem e, portanto, podem se unir em torno de uma agenda compartilhada de esquerda. Mas, coalizões entre classes representando áreas geográficas específicas são raras.

Essa tendência pode ser enquadrada em relação a uma estrutura institucional altamente distinta: uma que incentiva a formação de coalizões locais e, de fato, regionais, em torno do crescimento. Os governos locais e estaduais são essenciais, uma vez que dependem muito das receitas fiscais locais; que, por sua vez, dependem da saúde das respectivas economias. Há, então, uma complementaridade entre eles: os governos estaduais ficarão felizes em ajudar a promover grandes investimentos em cidades dentro de seus limites, uma vez que as pessoas lá pagarão impostos estaduais e locais; assim como as localidades individuais no estado podem esperar ganhar através de suas externalidades espaciais.

No entanto, e significativamente, a estrutura estadual também fornece uma estrutura de oportunidades através da qual promove seus próprios interesses locais. Não se trata apenas do apoio que o governo local fornecerá. Em vez disso, há poderes muito específicos que podem ser mobilizados pelos interesses de crescimento locais; poderes que são imensamente significativos. Estes incluem o poder de regular o uso da terra, de oferecer incentivos financeiros aos desenvolvedores ou àqueles para quem os desenvolvedores estão desenvolvendo, de anexar terras não desenvolvidas na periferia urbana – de grande importância em um momento em que os desenvolvimentos nos EUA podem cobrir áreas bastante massivas com o objetivo de internalizar

externalidades¹⁰⁵, e vender títulos para levantar dinheiro para a infraestrutura física necessária – um serviço expandido de água e esgoto, um aeroporto expandido, novas rodovias. Os congressistas e senadores locais trabalham tanto nos níveis estadual quanto federal, por meio do sistema de comitês e por meio de negociações com legisladores de outros lugares, para garantir alívio regulatório e assistência financeira que ajudará a manter uma base econômica local e facilitar sua expansão ou diversificação.

Do ponto de vista nacional, ou mesmo dos estados individuais, o resultado é a competição territorial e a fraca coordenação central. Há pouca ou nenhuma planificação nacional. Os ramos centrais do Estado, federal e os estados individuais, aparentemente servem para arrecadar dinheiro para projetos inspirados localmente que não podem ter nenhum significado sério para qualquer política de desenvolvimento coerente em níveis mais altos da hierarquia estadual. Eles são atraentes para esse propósito porque os governos locais, em virtude da competição com seus vizinhos, não têm a capacidade de tributar de maneira progressiva. A ansiedade do governo federal sobre a competição fiscal é muito, muito menor; o que explica o caráter relativamente progressivo de seu imposto de renda. Os estados ocupam uma categoria intermediária em poder de tributação. Essa forma peculiar de Estado, no entanto, faz parte de uma totalidade distintiva de relações sociais. Um importante aspecto disso é um imaginário social predominante.

O imaginário social

Pode-se considerar isso por meio de algumas antinomias críticas: aquelas que fornecem contrastes significativos com os países da Europa Ocidental:

mercado / Estado

competição / monopólio

individualismo / coletivismo

direitos individuais / obrigações sociais

A ênfase americana está no primeiro termo em cada par. Há claramente alguma relação entre eles. O sentimento antiestatal nos EUA, pelo menos em suas versões mais argumentadas, enfatiza o poder desenfreado do governo federal e como a competição pode fornecer um contrapeso crucial. Se os direitos individuais devem ser protegidos, então isso significa uma visão cética do Estado. O monopólio em suas várias formas, incluindo o dos sindicatos trabalhistas, bem como um estado domi-

105 Grandes desenvolvimentos residenciais que incluem lagos para fornecer uma estética atraente, um grande centro comercial e talvez um parque industrial leve para ajudar, por meio de seus impostos, a subsidiar as escolas que os servirão.

nante, obstrui a iniciativa individual e o direito constitucional do indivíduo à “busca da felicidade”: uma ideia cuja mutação em busca de uma versão mercantilizada do “sonho americano” é algo que os pais fundadores dificilmente poderiam ter previsto. A competição é a forma preferida para a mobilidade ascendente e para conter as pretensões do Estado.

Como os países da Europa Ocidental se desviam dessa visão é refletido em seus Estados de bem-estar mais desenvolvidos: um reconhecimento do papel que o Estado deve desempenhar no avanço dos interesses materiais de todos, em oposição, como seus porta-vozes afirmam, aos efeitos desigualitários da competição. Existe um senso de obrigação social, subordinação a uma definição particular do bem maior que está ausente nos EUA; em vez disso, o interesse nacional nos EUA emerge, supostamente, através da competição – algo ceticamente observado por Theodore Lowi (1969) em sua análise do processo de grupos de interesse.

Nos EUA, esse imaginário alimentou o reforço da forma de Estado descentralizada de maneira bastante explícita. O Movimento Progressista no início do século XX é significativo. Induzir uma competição maior dentro das instituições do Estado foi uma grande preocupação. O duopólio do sistema de dois partidos deveria ser contrabalançado pelas eleições primárias, nas quais qualquer pessoa poderia se candidatar: algo que foi importante para dar peso às eleições centradas no candidato, à fraqueza dos partidos nacionais e ao subsequente poder dos interesses locais. Nas cidades, a grande preocupação era a chamada “máquina urbana”, na qual um partido dominante garantia sua posição por meio de um patrocínio financiado pelo dinheiro obtido ao dar monopólios a fornecedores privados de serviços, como as empresas de bondes e os provedores de gás e eletricidade.

A solução seria dupla. Por um lado, a pressão competitiva seria colocada nas cidades tornando a incorporação de novas cidades mais fácil e dando às pessoas a escolha se queriam ser governadas pela máquina e sua reputada corrupção ou não: esta é a origem da grave fragmentação jurisdicional das áreas metropolitanas americanas observadas anteriormente. E, em segundo lugar, abolindo os partidos políticos do governo local por completo. Os progressistas apresentaram um conjunto de reformas que incluíam: o gerente da cidade contratado como o principal executivo em vez de um prefeito eleito com um rótulo de partido; um formulário de votação nas eleições locais que não carregaria afiliações partidárias dos candidatos – a chamada “cédula não partidária”; e a instituição de eleições em geral em vez de por distrito, com base no argumento de que este último, por meio de sua conformidade com uma segregação residencial no terreno, encorajava a votação por classe e, portanto, pelos dois partidos.

A agenda de classe que é ocultada por este imaginário social e a estrutura estatal que é tanto apoiada quanto apoiadora dela, foi, então, trazida à luz de forma mais clara pelas lutas em torno do *New Deal* e depois pela reação da classe dominante. Por trás de uma agenda mal disfarçada de direitos dos estados, o *New Deal* concedeu grandes poderes sobre aspectos-chave do Estado de bem-estar aos estados: a compensação por desemprego seria geral, mas os níveis de compensação seriam determinados pelos estados; o mesmo se aplicaria à ajuda a famílias com crianças

dependentes¹⁰⁶. A reação revisionista após a guerra, à medida que as classes empresariais, por meio do Partido Republicano, visavam reverter quaisquer ganhos que o movimento trabalhista havia obtido por meio do *New Deal*, é igualmente reveladora. A lei trabalhista seria enfraquecida nacionalmente, mas também concedendo novos poderes aos estados. O Ato Taft-Hartley, de 1947, fez isso através de proibições ao boicote secundário de empresas, greves selvagens, piquetes em massa e o fechamento de lojas, pelo qual um empregado tinha que pertencer ao sindicato trabalhista. Os estados individuais foram então autorizados a aprovar legislação chamada “direito ao trabalho”, que proíbe acordos nos quais os sindicatos obtêm uma “cláusula de segurança sindical” obrigando todos os funcionários a pagar as taxas sindicais como condição de emprego. Atualmente, há vinte e oito desses estados, predominantemente no sul e no oeste das montanhas: tipicamente estados onde a filiação sindical sempre foi baixa¹⁰⁷.

Negar os princípios de elevação coletiva, obrigação social, um papel forte para o Estado supostamente monopolista e sindicatos trabalhistas – este é um imaginário social com uma ênfase distintamente no *status quo*, cético em relação às reivindicações do movimento trabalhista. A legislação, como aquelas disposições do Ato Taft-Hartley que se aplicam ao país como um todo à parte, o fato de uma intensa competição territorial, a retórica do “clima de negócios” e do “gotejamento”, impõe, então, a lei do valor com uma intensidade sombria, tornando as reivindicações do movimento trabalhista, e em contraste com a Europa Ocidental, menos legítimas. Portanto, não é surpresa que os EUA nunca tenham tido um forte partido político de esquerda, socialista ou reformista trabalhista – como tem sido tão diferente dos países da Europa Ocidental. A discussão de Lipset (1996) sobre o excepcionalismo americano, desde que se tente abstrair de um tom ocasionalmente celebratório, é particularmente útil.

Uma das coisas que Lipset (1996) enfatizou foi que, embora os EUA não tivessem um partido na tradição socialista democrática, também não tinham o tipo de partido conservador igualmente típico da Europa Ocidental. O Partido Republicano era conservador no sentido limitado de manter os princípios de uma economia de mercado; o que então o tornou vigorosamente antiestatista. O conservadorismo europeu, por outro lado, havia sido mais cético em relação ao capitalismo e seus valores, mantendo uma visão orgânica, se às vezes paternalista, da sociedade. Não foi por acidente que Bismarck liderou o caminho nos programas de seguro social¹⁰⁸.

A Europa Ocidental é diferente por causa de sua história: o fato de o Estado ab-

106 A preocupação era que o programa permitiria que parceiros não casados se aproveitassem e impactassem no exército de reserva de desempregados em prejuízo dos interesses do capital em mantê-lo em um nível para atuar como um freio nos salários.

107 Outra peça de legislação específica do estado diz respeito ao que são conhecidas como leis de salário prevalecente. Vinte e sete estados têm essas leis, o que significa que empreiteiros em projetos financiados pelo estado devem pagar o salário prevalecente, que é o pago tipicamente aos membros de sindicatos trabalhistas. Em 2023, dos cinquenta estados, 20 estão na categoria de “direito ao trabalho” / “sem salário prevalecente” e 21 têm não apenas legislação de salário prevalecente, mas também não optaram por uma lei de “direito ao trabalho”. Portanto, os dois tipos de legislação tendem a andar juntos.

108 Por outro lado, a guinada neoliberal dos anos 80 em diante, deslocou o equilíbrio do conservadorismo europeu para uma maior dominação da representação direta dos negócios.

solutista ter sido a condição para a forma moderna centralizada. Valores pré-capitalistas, que E. P. Thompson (1971) chamou de “economia moral”, forneceram um conjunto de normas e expectativas ausentes nos EUA: uma ética oposta às presunções da prática de mercado e expressa através da resistência dos motins alimentares. Em *A Grande Transformação*, Karl Polanyi (1944) escreveu sobre a resistência à mercantilização do que ele afirmou não poder ser mercantilizado: especialmente o poder de trabalho das pessoas e a terra. Mas, é preciso se perguntar: ele poderia ter sido americano?

Os EUA foram uma quebra não apenas com as tradições da economia moral, mas também com as expectativas sobre o governo herdadas do Estado absolutista. Limites mais qualificados de pesos e contrapesos codificados na regra parlamentar, as virtudes de uma forma de Estado mais centralizada, eram mais facilmente transferíveis para as outras sociedades colonizadas britânicas, especialmente o Canadá e as do Hemisfério Sul¹⁰⁹. Mas, os EUA eram diferentes: a Grã-Bretanha era o inimigo e simbolizava tudo o que era opressivo.

Essas condições de longa data foram importantes na formação da exceção americana. A maneira como sua história se desenrolou facilitou, então, sua forma distintiva de imaginário social. Em primeiro lugar, a economia dos EUA expandiu muito rapidamente e sempre teve escassez de mão de obra. Isso significou pressão ascendente sobre os salários, facilitando a visão dos EUA como a terra das oportunidades. Isso foi, então, reforçado pela ideia de uma fronteira em expansão e da “terra livre” para todos prometida pela Lei de Terras de 1862¹¹⁰. A vitória na Guerra Civil então fez diferença, não menos porque significava que, daí em diante, a economia espacial do país seria tão desigualmente desenvolvida: algo que daria força à fragmentação do Estado de bem-estar (Béland; Morgan; Howard, 2014) e tentativas subsequentes de reverter o *New Deal* e desativar a classe como o principal eixo de contestação social (Farhang; Katznelson, 2005). Mas, a diferença que fez não foi definidora. Um Estado descentralizado já existia e as reformas progressistas tão significativas para a política das áreas urbanas não tinham nada a ver com a presença do Sul. Ela intensificou tendências inerentes e nada mais.

Em 1964, Brian Berry escreveu um artigo com o título evocativo “Cidades como sistemas, dentro de sistemas de cidades”. Embora não dialético em sua concepção, foi mais do que útil nas relações que apontou. As cidades são de fato “sistemas”: do ponto de vista deste artigo, elas podem ser entendidas como conjuntos de unidades jurisdicionais interrelacionadas: governos locais e distritos especiais. Como sistemas, elas têm um interesse conjunto na competição com áreas urbanas em outros lugares. O crescimento da área metropolitana pode ser construído como um benefício para todos. Porém, todas essas relações podem ser de um tipo desconfortável. As áreas metropolitanas lutam entre si por papéis mais desejáveis na divisão geográfica do trabalho do país: formas mais estáveis de emprego, folhas de pagamento maiores. Den-

109 A Austrália e o Canadá também são federações, mas nenhum deles se aproximou ou se aproxima da forma federal radical. A união sul-africana era ainda mais fraca.

110 Embora a experiência pudesse ser bastante diferente da promessa (Pós-1982).

tro das “cidades como sistemas”, as relações podem ser igualmente desconfortáveis, pois os governos locais e, às vezes, aliados desenvolvedores, lutam pelos despojos desses prêmios conquistados em um palco nacional.

Falar de áreas, cidades ou governos locais “lutando entre si” pela atração de investimentos ou pelas melhorias de infraestrutura que tornarão essa tarefa mais fácil é evocar imagens de território: dos benefícios do desenvolvimento local para todos. O mesmo se aplica à ideia de governança “urbana”: não governança para a coalizão de crescimento em vez das massas, mas para todos em uma área “urbana” específica. Isso, claro, é completamente enganoso. O processo de acumulação rege e a coalizão de crescimento é um aspecto funcional do processo de acumulação, fornecendo locais para novos desenvolvimentos, edifícios para ocupação, para os centros comerciais que ajudarão na reprodução dos trabalhadores, e assim por diante. Uma maneira de olhar para a coalizão de crescimento, portanto, é como um aspecto da totalidade capitalista, mas uma totalidade que vimos ser distintamente americana neste caso.

Os EUA são diferentes e transpor conceitos gerados aqui para outros contextos nacionais é cheio de perigos. Mesmo assim, a ideia de “excepcional” carrega um pouco demais de carga. É diferente, mas também o são a França e o Reino Unido, mesmo que sejam mais parecidos entre si do que com os EUA. Este artigo, portanto, tem uma relevância muito mais ampla para os estudos urbanos: como os países importam e a luz que pode ser lançada sobre a urbanização ao levar essa restrição a sério.

Referências

BERRY, B. J. L. Cities as systems within systems of cities. **Papers of the Regional Science Association**, n.13, p.145-163, 1964.

BÉLAND, D.; MORGAN, K. J.; HOWARD, C. The fragmented American welfare state: putting the pieces together. In: D. Béland; C. Howard; K. J. Morgan (eds.). **The Oxford Handbook to U.S. Social Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BRENNER, N. **New State Spaces**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

COCHRANE, A. Redefining growth politics for the twenty-first century. In: ANDREW, E. G.; WILSON, J. D. **The Urban Growth Machine (eds.)**. Albany NY: State University of New York Press, 1999.

CONNOR, M. A. Public benefits from public choice’: producing decentralization in metropolitan Los Angeles, 1954-1973. **Journal of Urban History**, n.39, v.1, p.79-100, 2013.

COX, K. R. **The Politics of Urban and Regional Development and the American Exception**. Syracuse NY: Syracuse University Press, 2016.

COX, K. R. Revisiting ‘the city as a growth machine.’ **Cambridge Journal of Re-**

gions, Economy and Society, n.10:3, p.391-405, 2017.

COX, K. R. **Boomtown Columbus: Ohio's Sunbelt City and How Developers Got their Way**. Columbus OH: Ohio State University Press, 2021.

COX, K. R.; JONAS, A. E. G. Urban development, collective consumption and the politics of metropolitan fragmentation. **Political Geography**, n.12, v.1, p.8-37, 1993.

COX, K. R.; MAIR, A. M. Locality and community in the politics of local economic development. **Annals of Association of American Geographers**, n.78, v.2, p.307-325, 1988.

DAVIS, M. **City of Quartz**. New York: Vintage Books, 1992.

DAVIS, M. Sunshine and the open shop: Ford and Darwin in 1920s Los Angeles. **Antipode**, n.29, v.4, p.356-382, 1997.

DIGAETANO, A.; STROM, E. Comparative urban governance: an integrated approach. **Urban Affairs Review**, n.38, v.3, p.356-395, 2003.

EPSTEIN, L. **Political Parties in the American Mold**. Madison WI: University of Wisconsin Press, 1986.

FARHANG, S.; KATZNELSON, I. The Southern imposition. **Studies in American Political Development**, v.19, n.1, p.1-30, 2005.

GELINAS, N. **The Port Authority's cloudy future**. City Journal, 2012.

HANSON, R. Land development and metropolitan reform. In: WINGO, L. (ed.). **Reform as Reorganization**. Washington DC: Resources for the Future, 1974.

HARDING, A. The rise of urban growth coalitions UK-style? **Environment and Planning C**, v.9, n.3, p.295-318, 1991.

HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late capitalism. **Geografiska Annaler** 71B, p.3-17, 1989.

LEGALÈS, P.; HARDING, A. Cities and states in Europe. **West European Politics**, v.21, n.3, p.120-144, 1998.

LIPSET, S. M. **American Exceptionalism: A Double-Edged Sword**. New York: W. W. Norton, 1996.

LOWI, T. **The End of Liberalism**. New York: W. W. Norton, 1969.

MOLOTCH, H. City as a growth machine. **American Journal of Sociology**, v.82, n.2, p.226-238, 1976.

PAUL, D. E. **Rescaling International Political Economy: Subnational States and the Regulation of the Global Political Economy**. London: Routledge, 2005.

PECK, J. Moving and shaking: business elites, state localism and urban privatism. **Progress in Human Geography**, v.19, n.1, p.16-46, 1995.

PETACH, L. Spatial Keynesian policy and the decline of regional income convergence in the USA. **Cambridge Journal of Economics**, v.45, p.487–510, 2021.

PINSON, G. **Gouverner la ville par projet: Urbanisme et gouvernance des villes européennes**. Paris: SciencesPo. Les Presses, 2009.

PIVEN, F. F.; FRIEDLAND, R. Public choice and private power: a theory of fiscal crisis In: A. KIRBY; P. KNOX; S. PINCH (eds.). **Public Service Provision and Urban Development**. Beckenham, Kent: Croom Helm, 1984.

POST, C. The American road to capitalism. **New Left Review**, n.133, p.30-51, 1982.

SQUIRES, G. E. (ed). **Unequal Partnerships**. New Brunswick and London: Rutgers University Press, 1989.

STONE, C. N. Summing up: urban regimes, development policy, and political arrangements. In: STONE, C. N.; SANDERS, H. T. **The Politics of Urban Development**. Lawrence KS: University Press of Kansas, 1987.

STONE, C. N.; SANDERS, H. T. (eds). **The Politics of Urban Development**. Lawrence KS: University Press of Kansas, 1987.

THOMPSON, E. P. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. **Past and Present**. n. 50, p.76-136, 1971.

WOOD, A. M. Local economic development networks and prospecting for industry. **Environment and Planning A**, n.25, p.1649-1662, 1993.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.